



Foto Juca Martins

**PM
não
achou
a greve**

e bateu em quem encontrou

— Pág. 4

**METALÚRGICOS
PREPARAM UMA
SUPER-CAMPANHA**

— Pág. 6

Jornal da Vila

O JORNAL DO TRABALHADOR

Ano 2 — N.º 18 Av. do Cursino, 3833 — S/4 — Vila Moraes Setembro de 1979 — Cr\$ 3,00



60 mil pessoas
no comício de Arraes
em Recife

Foto Juca Martins

ARRAES

**O INCRÍVEL
ABRAÇO
DO POVO — Pág. 3**

O decreto de anistia restrita do governo deixou de fora cerca de mil atingidos pelos atos da repressão. São os condenados por terem praticado ações armadas. Muitos deles continuarão no exílio. Outros, estão nas prisões, um total de 28, dos quais cinco vivem há quase dez anos entre os muros de um presídio, em São Paulo.

De outros ainda, o decreto nem fala. Mais que isso; o governo finge ignorar que algum dia estiveram envolvidos com os órgãos de segurança. São os «desaparecidos», 156 pessoas que depois de presas jamais deram qualquer notícia a seus familiares. Sumiram nas prisões, sem que se soubesse o que foi feito deles.

Finalmente, há os que a polícia deu como mortos, (327) de modo geral em estranhos «tiroteios» e «atropelamentos» e que hoje se sabe que morreram torturados. Eles são:



Foto Nair Benedito

No Presídio do Barro Branco, estão 5 dos atuais presos políticos do país: Manoel Cirilo de Oliveira (preso há 10 anos), Carlos Alberto Soares, (condenado à prisão perpétua), Francisco Gomes da Silva (o mais antigo preso desde setembro de 69), Diógenes Sobrosa (há 9 anos na prisão) e Aton Fon Filho (condenado a 80 anos e preso há 10)

OS NÃO-ANISTIADOS

ONDE ESTÁ ISIS?



Isis com a mãe, em 71

Os caminhos percorridos pela família de Isis Dias de Oliveira, presa no Rio de Janeiro no dia 30 de janeiro de 1972 e jamais vista depois disso, revelam bem o drama dos parentes dos «desaparecidos» por motivos políticos. Durante sete anos, sua mãe, Felícia Mardini de Oliveira, procurou a filha em vão. Isis tinha 31 anos de idade, havia feito o curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e já estava sendo procurada pelos órgãos de segurança quando foi presa. Indiciada em seis processos, foi absolvida em três deles. Os outros foram arquivados por insuficiência de provas. Entretanto, em nenhum deles, Isis teve oportunidade de se defender.

Aqui, num depoimento, sua mãe conta a revolta e a indignação da família: «No dia 4 de fevereiro de 72, recebemos um telefonema do Rio nos comunicando que nossa filha havia sido presa pelo I Exército no dia 30 de janeiro. Meu telefonema era uma amiga de Isis. Foi o começo de uma transformação total em nossa família. Após o trauma inicial (sabíamos que ela provavelmente estaria sofrendo torturas), tomamos as primeiras providências e contratamos um advogado.

Eu me transferei para o Rio e comeci uma busca desesperada em todos os órgãos de segurança. Paralelamente, meu marido e meus dois filhos faziam o mesmo aqui em São Paulo. Em todos os lugares, a resposta era a mesma: não havia ninguém presa com aquele nome.

Caminhei milhares de quilômetros. Transporte-me dezenas de vezes de um Estado para outro. Enfrentei toda espécie de autoridades. Entrevistei-me com pessoas influentes e também não influentes, mas de grande valor informativo.

Pag. 2



Foto Nair Benedito

Dona Felícia: «Quero que eles reconheçam a morte de minha filha»

Visitei hospitais, presídios, institutos médicos-legais e cemitérios. Recorri a todos os setores da Igreja, a vários homens públicos e políticos. Enfim, onde me parecesse haver qualquer possibilidade de obter notícias de minha filha, lá comparecia eu.

Nessas buscas desesperadas, as informações oficiais foram surgindo. Soube que Isis tinha passado pelo presídio da Ilha das Flores e pelo Hospital da Marinha do Rio com graves problemas renais. Mas as negativas continuavam.

Em agosto de 72, tivemos uma informação oficial, vinda, porém, de uma fonte oficial, de que Isis estava morta. E nada pudemos fazer.

Me sinto cansada e estou doente, mas disposta a iniciar uma nova luta. A luta pelo reconhecimento da morte de minha filha, luta esta que é igual a dos demais familiares de presos políticos desaparecidos dentro dos órgãos de repressão.

Nós temos mais dois filhos e netos. É um consolo para a gente, mas não substitui. Se não tivéssemos seria muito pior, mas não substitui. Nosso pensamento está sempre em torno de nossa filha. É uma angústia sem fim. Por que Isis perdeu a vida (ou melhor, lhe tiraram) sem ter a oportunidade de defender-se?»

MORTO NA TORTURA



Foto Nair Benedito

A família de Joaquim Seixas, hoje sem o pai..



... um ex-operário da Petrobrás

Joaquim de Alencar Seixas foi um dos mortos pelos órgãos de segurança no ano de 1971. Preso junto com o filho de 16 anos, no dia 16 de abril, foram torturados no Doi-Codi do II Exército em São Paulo até que Joaquim, não resistindo, acabou morrendo. Seu filho, Ivan Akselrud Seixas, conta a história da morte do pai:

«Meu pai era operário da Petrobrás até 1964, quando foi despedido por ter grande participação sindical. A partir daí, passou a integrar uma «lista negra» e não conseguia emprego em lugar nenhum. Quando conseguia, era por pouco tempo. Ele sempre foi um militante, um político e quando foi preso não negou isso. Só se recusou a delatar seus companheiros. Por isso, morreu.

Nós fomos presos, eu e ele, na rua Vergueiro, nº 9.000, às 10 hs do dia 16 de abril de 1971 e levados imediatamente para o Doi-Codi. Lá, fomos cada um para uma sala de torturas. Me puseram no pau-de-arara e meu pai começou a tomar choques elétricos na cadeira-do-dragão, primeiro com uma máquina grande e depois, como ele resistisse, eles passaram a colocar 200 volts direto da tomada.

Eu fui torturado até às 19 horas, mais ou menos, quando fui obrigado a revelar onde era minha casa. Quando saí, nesse momento, vi que meu pai continuava sendo torturado. Na minha casa, eles quebraram tudo, roubaram dinheiro, objetos, e prenderam minha mãe e minhas irmãs.

No dia seguinte, depois de terem me deixado dormir umas duas horas, me levaram novamente para a rua, para me ameaçarem com um fuzilamento. No meio do caminho, eu vi, numa banca de jornal, uma manchete da Folha da Tarde anunciando que meu pai estava morto. Mas, quando eu saí do Doi-Codi, de manhã, ele ainda estava vivo. Quer dizer: eles já pretendiam matá-lo e tinham, inclusive, avisado os jornais com um dia de antecedência».

Quem continua é dona Fanny, mãe de Ivan, e mulher do operário Joaquim Seixas:

«Eu fiquei presa numa cela embaixo da sala onde meu marido estava sendo torturado. De lá, eu ouvia ele dizer: «Não tenho nada para falar». E os torturadores continuavam. Lá pelas oito horas da noite, percebi que o barulho tinha parado e ouvimos, eu e as outras presas, pessoas descendo a escada. Fiquei na ponta dos pés e de um vidro vi que, no pátio, eles encostaram uma perua C-14, e abriram o porta-malas. Logo chegou uma maca onde havia um corpo com a cabeça enrolada em jornais. Reconheci logo, pelas roupas, pelos pés e pelas mãos, que era meu marido. E ouvi um policial perguntando para o outro:

— De quem é esse presunto?

— Do Seixas.

Foi a última vez que o vi. É claro que a polícia diz que ele nunca foi preso. A versão que eles contam é que ele foi localizado na rua, resistiu à prisão, e morreu num tiroteio com os policiais».

Jornal da Vila

BRIZOLA NÃO PERCEBEU QUE O PAIS MUDOU



"Não sei se o sr. Leonel Brizola veio para ser homem do governo ou para fazer oposição". Essas palavras, do ex-deputado Alencar Furtado, do MDB, parecem presumir as conclusões a que grande parte da oposição, de dentro ou de fora do MDB, chegou, depois do desembarque no país do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Sua volta, após 15 anos de exílio, era esperada, especialmente, pelos rearticuladores do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB criado por Getúlio e fortalecido por Brizola durante o tempo em que foi prefeito de Porto Alegre e governador do Estado. A capacidade de liderança de Brizola, segundo os petebistas, não tinha se perdido apesar dos longos anos passados fora do país. De outro lado, na memória dos trabalhadores, diziam os petebistas, o nome de Getúlio ainda permanecia intacto como o do grande líder popular. O PTB de Getúlio com a volta de Brizola seria, portanto, ainda segundo os petebistas a grande solução para unir as oposições brasileiras.

Parece que os acontecimentos, no entanto, teimaram em desmentir os trabalhistas. Brizola chegou e não conseguiu em seu comício reunir mais do que 800 simpatizantes.

Em seu primeiro discurso, fez questão de elogiar o governo e criticar o MDB, não parecendo diferenciar muito bem, como disse Alencar Furtado, de que lado realmente está. "Os governos pós-64 nunca tiveram oposição", disse ele em seu discurso, para, em seguida, numa tentativa de conserto tardio, acrescentar: "Nunca tiveram oposição porque de quem cusasse abrir a boca cortavam o pescoço". De Figueiredo, criticou apenas a lentidão com que, em sua opinião, faz a abertura política: "Ele iniciou uma política que vai ao encontro do povo brasileiro, a da abertura democrática.

Mas, verdadeiramente, creio que as coisas são conduzidas muito devagar". Defendendo Getúlio, e parecendo ignorar os abusos que se cometeram durante o Estado Novo, Brizola declarou também que "agora está na moda criticar a CLT, mas todos se esquecem de analisar as condições sociais e econômicas em que a CLT foi implantada". Por fim, em relação às novas lideranças sindicais, disse que "Lula é um homem de boa fé, mas que comete uma heresia ao dizer que o PTB do passado agia contra os trabalhadores. Isso só pode ser desinformação".

As repercussões de seu discurso, em, todas as áreas da oposição, não poderiam ter sido piores. No dia seguinte, Lula declararia que Brizola veio como professor, com a atitude de quem é o dono da verdade. O MDB também não gostou. E o resto da oposição, que na verdade esperava pouco de Brizola, depois de suas declarações no exílio, ironicamente dizia que "hoje ele está mais para bombeiro do que para incendiário", comparando suas palavras moderadoras de hoje ao espírito combativo que demonstrara depois do golpe de 64.

Diante disso, Brizola resolveu se recolher a um exílio voluntário em São Borja, no Rio Grande do Sul, desmarcando os comícios programados para catorze cidades do interior gaúcho, "para tomar pé da realidade brasileira".

A decisão durou pouco. Provavelmente por causa do sucesso popular que foi a recepção organizada para Miguel Arraes no Recife. Brizola não quis perder mais tempo. Marcou para dia 21 em Porto Alegre, um novo comício onde prometeu reunir no mínimo 100 mil pessoas. Num telefonema dado à atriz Ruth Escobar, onde anunciou sua decisão, ele foi categórico: "Não precisa se preocupar. Não vamos fazer feio".

ARRAES DIZ QUE VAI APRENDER NAS RUAS



Em Miguel Arraes, a oposição brasileira depositava mais esperanças do que em Leonel Brizola. Ex-governador de Pernambuco, ele teve um mandato voltado para a defesa dos camponeses e da gente pobre do Recife. Deposto em 64, ficou preso seis meses na ilha de Fernando de Noronha, de onde saiu para um exílio de 15 anos na Argélia. De lá, sua posição não mudou: francamente contra o governo, anunciava sua chegada para se integrar à oposição. Mas não vinha com um plano programado, como Brizola, nem com uma proposta de partido político no bolso do colete. Dizia que primeiro tinha que se integrar à realidade do país, ouvir quem ficou e, trocar idéias.

A recepção que o esperava não desmentiu as esperanças da oposição. Uma multidão de cerca de 60 mil pessoas, em sua maioria gente do povo, que veio até do interior de Pernambuco, o aguardava no dia 16 de setembro em Recife, para o comício. Também estavam presentes, as mais conceituadas lideranças da oposição.

As primeiras palavras de Arraes — o Arraia, como o chama o povo — foram para prestar homenagem aos mortos na luta contra o regime, "aos milhares de presos, aos que continuam exilados, aos trabalhadores, ao sindicalismo novo a partir de cuja movimentação nas recentes greves começaram a dobrar os sinos pelo fim da ditadura", aos camponeses, à Igreja, à resistência democrática, aos estudantes, às oposições sindicais, aos intelectuais, ao MDB ("feito para ser desacreditado mas que o povo transformou em arma de luta"), aos antifascistas de todo o mundo.

Acrescentou ainda, em seu

discurso que "é certo que a economia cresceu e as cidades se remodelaram", mas ressaltou que "a realidade não são apenas televisões e fábricas, são também as periferias cheias de necessidade e desemprego". Declarando incorporar-se às oposições brasileiras, salientou que o mais importante no momento é a organização do povo, "para que ele possa dizer, através dos mandatários que escolher, dos partidos que puder criar, se resolver criá-los, qual é a sociedade a que aspira e como fazer para construir essa sociedade.

O conteúdo de seu discurso e o imenso apoio popular que demonstrou ter fizeram crescer as esperanças de que ele possa ser o "grande costureiro" das oposições, o homem capaz de articular numa só frente ou num só partido todas as forças dispersas que existem hoje contra o governo. Essa, no entanto, não será uma tarefa fácil. Apesar do apoio popular que tem, Arraes é hoje um homem sem mandato e ligado ao MDB pernambucano, muito coeso e que defende intransigentemente que a oposição deve se manter dentro do partido. E que tentará, é claro, ganhar Arraes para defender essa posição. Fora do MDB, há também várias propostas para as quais também se pensa em "puxar" Arraes: o PT de Lula, a formação de uma frente popular, de um partido popular, etc.

Por enquanto, Arraes ouve e conversa. Ainda não se definiu em relação a nenhuma dessas propostas. Mas vê como necessária a unidade entre essas diversas correntes que se opõem ao governo hoje. Não acredita, porém, num acordo de cúpulas: "A formalização de um conselho de oposições depende de uma ampla consulta às bases de resistência popular que existem no país, e que sustentaram e fizeram emergir essas personalidades. Acredito nessa consulta a uma representação autêntica que venha dessa consulta popular".



Foto Ricardo Malta



Foto Juca Martins

ABERTURA MOSTRA QUAL É A SUA

Governo baixou intervenção em dois sindicatos e prendeu lideranças. Acha que assim val continuar reinando.

“O arbítrio funcionou mais uma vez, atingindo os bancários de Porto Alegre. A mão estendida transformou-se em braço armado, a conciliação nacional se perdeu na intransigência façanhada e a anunciada abertura política jogou no calabouço uma das vozes mais destemidas do sindicalismo brasileiro: Olívio Dutra.»

Assim, os sindicalistas reunidos em São Paulo no dia 8 de setembro interpretaram a decisão do governo, do dia 6 de setembro, de intervir no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, e prender seu presidente, Olívio Dutra, mais alguns diretores de Porto Alegre, e do sindicato de Santo Angelo, no interior do Rio Grande do Sul, por considerar ilegal a greve de suas categorias.

No documento divulgado no dia em que eles foram para Porto Alegre, apoiar o movimento grevista da categoria bancária, os sindicalistas afirmavam ainda: “Já sabíamos. A democracia que se apregoa e só para as elites. A abertura é formal, a anistia parcial e mesquinha. Para a classe trabalhadora fica reservado, como sempre, o ostracismo, se ela quiser ficar calada, ou a cadeia, se ela quiser se libertar.”

Abertura para os tubarões

Não só a greve dos bancários do Rio Grande do Sul, mas as que vieram depois, no Rio de Janeiro e São Paulo, confirmam totalmente a denúncia dos sindicalistas. Uma semana depois, haveria mais uma intervenção: no sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, onde a diretoria segundo o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, incitou os bancários cariocas à greve, e o afastamento de quatro diretores do Sindicato de S. Paulo, pelos mesmos motivos.

Para a população de São Paulo, que circulava no centro da capital dia 13, uma quinta-feira, a abertura do governo, por outro lado, resultou em pelo menos 14 pessoas feridas e 200 presas. A pretexto de impedir os piquetes dos bancários, que tinham decidido entrar em greve na véspera, a polícia desencadeou uma verdadeira batalha no centro da cidade, gastando metade de suas bombas de gás lacrimogênio, efeito moral, em cima de office-boys, homens e mulheres.

No dia seguinte, o próprio secretário de Segurança de São Paulo reconheceu que as depredações e tumultos ocorridos no centro não foram provocados pelos bancários, e nem por esquerdistas.

Depois de todas essas demonstrações

de “abertura” por parte do governo, os bancários, com uma greve bem organizada no sul, mais ou menos realizada no Rio de Janeiro, e praticamente frustrada em São Paulo, conseguiram fazer acordos com os banqueiros milionários cedendo muito mais do que desejavam (veja matéria sobre os acordos). Em contrapartida, tiraram da dura experiência sábias lições que, apesar dessa abertura do avesso, vão mostrar seus resultados em futuros movimentos da categoria.

A retomada da luta contra os banqueiros

Na assembléia dos bancários de São Paulo, que decidiu a suspensão da greve, no sábado, dia 15 de setembro, a diretoria do sindicato distribuiu uma nota dizendo: “Com a experiência desses dois dias, os bancários devem ter compreendido que para fazer uma greve vitoriosa não basta apenas o ânimo de uma pequena parcela. Nossa resposta a essa experiência tem que ser a retomada da luta contra os banqueiros de um modo ainda mais decidido.”

Depois de fechar o acordo com o sindicato dos banqueiros, na segunda-feira dia 17 de setembro, membros da diretoria do sindicato dos bancários explicariam porque a greve em São Paulo foi tão fracassada: “O que ocorreu nessa campanha salarial, é que a diretoria, enquanto conjunto não trabalhou como devia, porque é muito heterôgenea. Da diretoria, 21 membros não achavam a greve viável e 4 defenderam a greve na assembléia. O pouco tempo de sindicato — seis meses — e as características da própria categoria, também influíram para o fracasso. É uma categoria nova, que por causa da alta rotatividade existente no setor, não tem experiência de participação no sindicato. Essas condições têm bloqueado a acumulação de experiência para brigar com os patrões.”

Lembrando que apenas 3% da categoria - de 100 mil bancários - chegou a parar no dia 13, conforme determinação da assembléia, e que no dia seguinte praticamente não houve paralisação, os diretores de S. Paulo comparam as condições daqui com as de Porto Alegre, para mostrar a diferença entre um movimento e outro.

A Diferença de Porto Alegre

Lá em Porto Alegre existem 98% de bancários sindicalizados, ou seja, praticamente a totalidade da categoria,

enquanto em São Paulo apenas 30% são de sindicalizados. A diretoria, que foi afastada e presa, estava há seis anos no sindicato. A assembléia que decidiu a greve, e que era a terceira em que os bancários discutiam se paravam ou não diante da intransigência dos patrões teve a participação de 70% da categoria, ou seja, muito mais que a maioria absoluta. Resultado: dos 14 mil bancários de Porto Alegre, 11 mil entravam na greve.

Além disso, ao perderem a liderança do movimento, com a prisão dos diretores do sindicato, os bancários de Porto Alegre conseguiram eleger um representante por cada agência de banco e, da reunião desses representantes, formar um comando de greve que passou a organizar os piquetes e manifestações dos grevistas. Os membros do comando que dirigiam as assembléias da categoria, apenas dois, eram facilmente substituídos por outros dois, se fossem presos como chegou a acontecer posteriormente.

Pedro de Oliveira, membro da diretoria do sindicato dos Jornalistas, que esteve em Porto Alegre junto com mais onze sindicalistas, entre eles o Lula, Jacó Bittar, Arnaldo Gonçalves, observa que a greve dos bancários demonstrava boa organização e resultou de um amadurecimento da categoria para o movimento. E, ele acrescenta, se não fosse a repressão, principalmente com a

prisão das lideranças do movimento, essa greve tinha todas as chances de ser bem sucedida.

Um compromisso com a categoria

Usando o exemplo da greve de Porto Alegre, o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Augusto Campos de Oliveira, lembrou à assembléia que votou a suspensão do movimento dia 15, que “só a repressão intensa que houve em São Paulo, e que não era esperada pela assembléia que iniciou o movimento, não justifica a pequena adesão que ele teve. Quando a mobilização é intensa, a repressão não funciona como demonstraram nossos colegas de Porto Alegre.”

Nessa mesma assembléia, os diretores do Sindicato informaram que agora a principal luta da diretoria será uma atuação em conjunto com os trabalhadores de Porto Alegre e Rio de Janeiro, pela volta dos diretores afastados dos três sindicatos. Além disso, eles pretendem formar a unidade da diretoria do sindicato de São Paulo. “Isso vai ser possível, diz um membro da diretoria dos bancários, porque todos nós percebemos a necessidade urgente dessa unidade que faz parte do compromisso, que nós assumimos com a categoria, ao sermos eleitos para o sindicato.”

Os acordos indesejáveis

De acordo com uma pesquisa do Dieese, sobre a categoria bancária, encomendada pela Federação dos Bancários do Estado de São Paulo e divulgada recentemente, a maioria dos bancários não tem mais de quatro anos na profissão, em consequência da alta rotatividade no setor. A grande maioria deles, ainda, trabalha oito ou dez horas diárias, ou seja, muito mais que as seis horas estabelecidas pela legislação, para este tipo de trabalhador. A pesquisa do Dieese também verificou que em março deste ano 68% dos bancários recebiam até três salários mínimos (4.680 cruzeiros), e que a grande maioria da categoria não ganha mais que 7.800 cruzeiros mensais. O que explica o enriquecimento fabuloso que os banqueiros vêm tendo nos últimos anos, e os lucros astronômicos que vêm acumulando, que aparecem nas luxuosas agências envidraçadas que constroem em cada esquina.

Diante das perdas salariais, e da situação precária de remuneração da categoria, os bancários de São Paulo e Rio de Janeiro reivindicavam na sua campanha 50% de aumento mais três mil fixos, sem o desconto da

antecipação de 20%. Os de Porto Alegre e Rio Grande do Sul, que segundo o Dieese perderam mais de 200% do poder aquisitivo, desde 64, reivindicam 86% de aumento.

Os acordos que os bancários de São Paulo acertaram com os patrões, dia 17, e que foi o mesmo que o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro concedeu aos bancários cariocas, no entanto, ficou muito abaixo do que a categoria reivindicava. Eles receberam aumentos que variavam de 51 a 64%. Os bancários que ganham mais de 8 salários receberam o índice oficial, de 46%, mais 910 cruzeiros. No Rio Grande do Sul, os sindicatos do interior já fecharam acordo com os banqueiros, com uma proposta que vai de 5 a 15% acima do índice oficial, para os que ganham até oito salários. Os bancários de Porto Alegre, que terminaram sua greve dia 18 último, aguardariam até dia 21, sexta-feira, a decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Estado sobre o pedido de dissídio, apresentado pelos banqueiros. Eles tinham esperança de que a decisão do Tribunal acompanhasse o que já foi concedido ao interior.



A NOVA MÁGICA PARA SEGURAR AS GREVES

Os trabalhadores terão reajustes semestrais de salários. E os que ganham menos receberão aumentos maiores. Com isso, o governo aposta que faz parar as greves.

De repente, num passe de mágica, o governo resolveu que salário não provoca mais inflação. E o que foi uma justificativa durante 14 anos para a política do arrocho pode cair por terra com o novo projeto que prevê reajustes salariais para os trabalhadores de seis em seis meses. Pensado e repensado durante meses no Ministério do Trabalho, o projeto deve ser votado no Congresso em regime de urgência e começar a vigorar a partir de novembro.

Para calcular os reajustes semestrais, inventou-se, agora, um novo índice, o chamado Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado mensalmente através de pesquisas feitas em nove cidades brasileiras para saber quanto foi o aumento do custo de vida no período. Esse índice seria aplicado aos salários de forma que os trabalhadores que ganham menos tenham aumentos maiores do que os que recebem salários mais baixos.

Assim, os reajustes funcionariam da seguinte maneira:

Se você ganha	Calcule	Exemplo: Custo de vida subiu 20% em seis meses	Exemplo: você ganha	Você ganhará
Até 3 salários mínimos	Alta do custo de vida $\times 1,1$	$20 \times 1,1 = 22\%$	4.000	$4.000 \times 1,22 = 4.880,00$
mais de 3, até 10	Alta do custo de vida $\times 1$	$20 \times 1 = 20\%$	9.000	$9.000 \times 1,20 = 10.800,00$
mais de 10, até 20	Alta do custo de vida $\times 0,8$	$20 \times 0,8 = 16\%$	23.000	$23.000 \times 1,16 = 26.680,00$
mais de 20	Alta do custo de vida $\times 0,5$	$20 \times 0,5 = 10\%$	30.000	$30.000 \times 1,10 = 33.000,00$

Sem mexer nos lucros

A primeira crítica ao projeto, vinda das lideranças sindicais, é de que, o aumento dos salários dos trabalhadores que ganham menos virá pelo achatamento salarial dos que recebem mais. Sem que os lucros das empresas sejam alterados.

Além disso, o próprio cálculo do Índice Nacional dos Preços ao Consumidor também é discutível, segundo as lideranças sindicais. Ele será o produto de uma pesquisa feita em nove cidades brasileiras, e como diz Walter Barelli, diretor do Dieese, "o trabalhador não é afetado pelo crescimento do custo de vida nacional, mas pela elevação dos preços na cidade em que trabalha. Dessa forma, haverá um achatamento: os trabalhadores das cidades onde o custo de vida é maior serão prejudicados".

Além disso, o projeto prevê que, na época do dissídio, os sindicatos podem negociar com os patrões um aumento baseado na ele-

vação da produtividade do setor de que fazem parte. Até hoje, essa taxa existe nos cálculos para os reajustes e era resultado da divisão do total do Produto Nacional Bruto pelo número de trabalhadores do país. Pelo novo projeto, ela será o resultado da divisão da produtividade de um determinado setor industrial pelo número de trabalhadores que existem nele. Assim, por exemplo, para os metalúrgicos, a taxa de produtividade será uma média que incluirá indiferentemente empresas como a Volkswagen e metalúrgicas pequenas.

Com isso, o trabalhador das grandes fábricas sairá prejudicado, pois a taxa conseguida será sempre menor do que a que realmente existiu em sua fábrica. E isso continuará acontecendo enquanto o cálculo da produtividade não for feito empresa por empresa. Até lá, a redistribuição virá, através do cálculo da produtividade, novamente dos próprios trabalhadores.

Outra crítica feita pelas lideranças sindicais é que o novo projeto

não altera um dos pontos mais negativos nas negociações entre patrões e empregados: a interferência do governo. É Lula quem diz: "O governo, durante a greve do ABC, sentou-se à mesa para atrapalhar. Tomou o partido dos empresários e acabou intervindo nos sindicatos operários".

Feito para esvaziar

É claro que não foi de repente que o governo percebeu que os trabalhadores de baixos salários passam mal e devem ser melhor remunerados. E nem por acaso. As modificações na política salarial tem um objetivo político muito claro: o esvaziamento das greves e da movimentação sindical no país.

O raciocínio governamental é que, com reajustes semestrais, os trabalhadores passarão a reclamar menos. E as greves diminuirão. Além disso, como aos sindicatos restará negociar em cima da taxa de produtividade, já que o INPC é decretado pelo governo, eles terão que mobilizar seus trabalhadores não

para lutar por 70 ou 80% na época do dissídio, mas por 4 a 5% a mais, que será a elevação da produtividade do setor. E o governo aposta que será muito difícil mobilizar os trabalhadores por tão pouco.

Para as lideranças sindicais, no entanto, a previsão do governo parece destinada ao fracasso. Eles acreditam que, em primeiro lugar, os trabalhadores podem contestar o índice fixado pelo governo, recorrendo inclusive às greves para conseguir um reajuste e maior, exatamente como acontece hoje.

Além disso, a taxa de produtividade, discutível, também pode não ser aceita. E para completar, acham que o movimento sindical não se esgota em reivindicações por aumento de salário, apenas. As últimas intervenções nos sindicatos têm demonstrado que, durante as negociações, é necessário também ter delegados sindicais, autonomia para as entidades, direito de greve assegurado.

ENQUANTO ISSO, O MINISTRO GASTA, GASTA, GASTA...

Por trás do sorriso mineiro e da imagem trabalhada publicamente para que o povo pense que ele é um "homem de diálogo", o ministro do trabalho, Murilo Macedo, tem revelado cada vez mais o que verdadeiramente é: um ministro a serviço dos patrões e das grandes empresas, que se utiliza da violência governamental para intervir em sindicatos, prender dirigentes e impedir as lutas dos trabalhadores por melhores salários.

Como se não bastasse o seu desempenho punitivo contra os trabalhadores, o "ministro do Capital" — como vem sendo chamado o banqueiro Murilo Macedo — ainda tem a cara de pau de gastar a quantia de 1 milhão e 400 mil cruzeiros dos cofres públicos para redecorar a sua residência oficial, em Brasília, o mesmo palacete que abrigou, no governo anterior, o ministro Arnaldo Prieto, conhecido pela fantástica mordomia (29 empregados e churrasgadas com carne transportada do Rio Grande do Sul).

Agora, enquanto manda a polícia bater nos trabalhadores e prender importantes líderes sindicais do país, Murilo usa dinheiro do governo para fazer suas "com-

prinhas". De acordo com as notas de empenho números 233, 234 e 235, de 17 de agosto, ele adquiriu da firma Bressane Decorações Ltda (rua Pamplona 1.187, São Paulo), forrações de paredes, tetos e estantes no valor de Cr\$ 222.800,00; sofás, poltronas, cortinas e colchas, no valor de Cr\$ 107.224,00 e camas, almofadas, colchões e espreguiçadeiras, no valor de Cr\$ 1.059.596,00.

Entre compras do ministro constam três sofás de Cr\$ 30.000,00 cada um; poltronas de Cr\$ 11.000,00; uma colcha de Cr\$ 13.900,00; quatro cachepôs de madeira (para colocar vasos de flores) de Cr\$ 7.500,00 cada um; um barzinho para o jardim da casa, no valor de Cr\$ 41.600,00; seis mesas com guarda-sol, ao preço de Cr\$ 12.500,00 cada uma e quatro espreguiçadeiras de Cr\$ 6.000,00 cada.

Além disso, Murilo Macedo comprou camas, sofás, mesas e cadeiras para quase todos os cômodos da residência oficial, inclusive para os quatro dormitórios de hóspedes. E, naturalmente, o critério utilizado para a redecoreção foi simplesmente o gosto pessoal, já que as residências ministeriais, em Brasília, são religiosamente mobiliadas cada vez que muda o governo.



Foto Ricardo Malta

Quando o deputado Fernando Moraes denunciou, na Assembléia Legislativa, o gasto exagerado do dinheiro público, o ministro Murilo Macedo escondeu o sorriso fácil e ameaçou o parlamentar de São Paulo para que provasse a denúncia, o que foi feito através da apresentação das notas de empenho expedidas pelo próprio Ministério do Trabalho. Depois disso, Murilo Macedo calou o bico e silenciosamente assumiu a sua verdadeira face: além de defender patrões e punir trabalhadores, gasta com muita facilidade o dinheiro do povo colocado à disposição do governo.

AS MULHERES ENTRAM NA BRIGA

Desde que a participação dos trabalhadores nos sindicatos começou a aumentar, principalmente com o ressurgimento das greves no país, até os mais conhecidos pelegos resolveram passar como "verdadeiros representantes dos operários." E Joaquim Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, não poderia perder essa oportunidade. Assim é que atualmente alguns debates são permitidos no sindicato, com o objetivo de convencer a categoria de que a entidade atua em favor dos trabalhadores. Dentro desse quadro, realizou-se de 31 de agosto a 2 de setembro, o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo.

A intenção de Joaquim não tirou, porém, o valor da reunião, em que aproximadamente 200 mulheres discutiram os problemas que enfrentam no trabalho, em casa e na sociedade. Mas limitou a discussão, como era de se esperar. Em geral, os debates foram controlados pela mesa, as participantes tiveram poucas oportunidades de falar — na maior parte do tempo, ouviram palestras e discursos — e Joaquim não esqueceu de levar uma claque organizada que esbravejou cada vez que as congressistas criticaram a falta de atuação do sindicato.

Apesar disso, as metalúrgicas conseguiram, no final do Congresso, formar uma comissão que vai encaminhar a criação de um departamento feminino no Sindicato, cuja intenção é debater e orientar a luta das mulheres da categoria. E que são muitas, já que sua situação é ainda pior que a dos metalúrgicos.

O homem ganha mais

Uma pesquisa feita durante o Congresso, entre as participantes, revelou, mais que qualquer discussão, a condição atual de vida das metalúrgicas em São Paulo. Das 174 congressistas, a maioria ganhava até dois salários mínimos por mês; fazia uma média de 20 horas extras semanais e levava mais de uma hora na condução entre a casa e o trabalho. Além disso, devido à alta rotatividade dos empregos, a maioria trabalhava na mesma firma há menos de um ano, apenas.

Somados a esses, vinham outros dados: em toda a indústria metalúrgica de São Paulo, as mulheres ganham 73% a menos que os homens, mesmo desempenhando funções iguais. Além disso, são geralmente registradas em carteira em profissões menos qualificadas que as que realmente exercem, dificultando assim o desenvolvimento de sua vida profissional. Que, aliás, já é muito prejudicada pela ausência de cursos profissionais acessíveis à mulher (várias congressistas revelaram que foram barradas nos cursos do Senai por serem mulheres).

Outra questão severamente criticada pelas mulheres foi a discriminação feita a mulher casada ou grávida, e

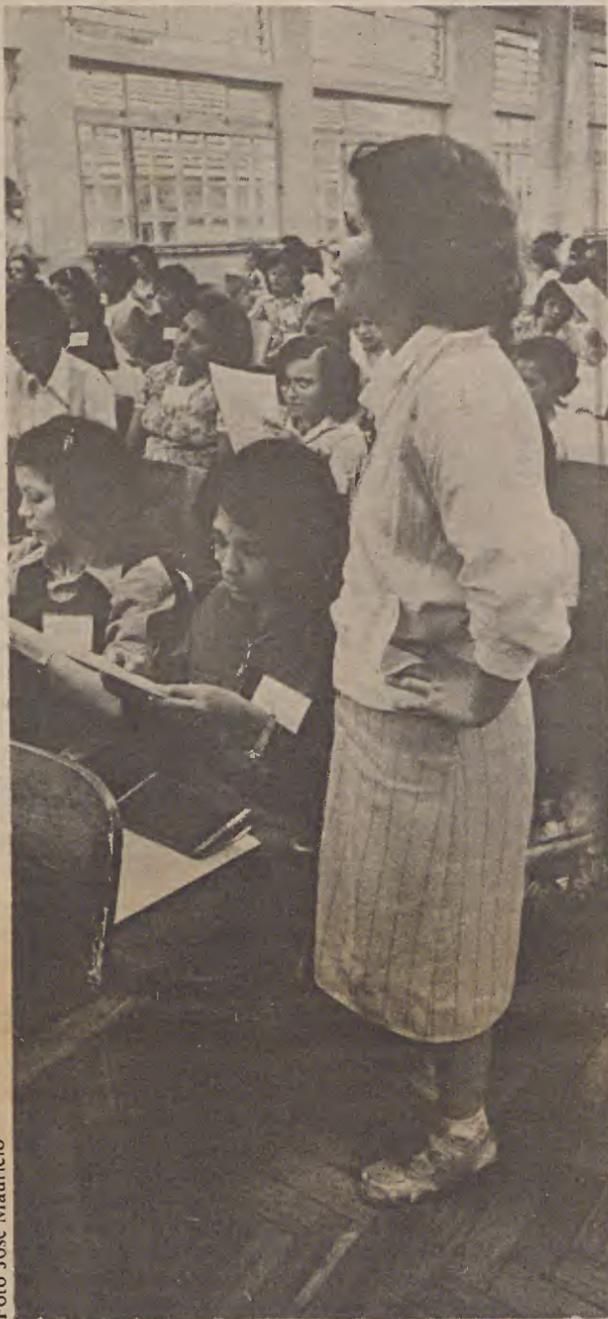


Foto José Maurício

a falta de creches nos bairros e nas empresas. "Tem firmas por aí, contou uma metalúrgica, que antes de darem o emprego, estão fazendo exame de urina para

ver se a mulher não está grávida. Ou então, quando a mulher já está empregada, o próprio médico do convênio avisa o chefe quando ela engravidou. Daí, é rua na certa."

No campo da saúde, as denúncias foram também sérias. Através de um documento, as metalúrgicas protestaram contra a proibição no pronto-socorro ginecológico do Hospital das Clínicas, e em outros hospitais do uso de anestesia nos serviços de curetagem e raspagem das mulheres que chegam ao hospital depois de terem praticado aborto em casa. "Sabemos que milhares de mulheres são obrigadas a praticar aborto em casa e que a maioria desses abortos são provocados pela fome, pela miséria e pelo desespero, e a não utilização de anestesia nos prontos-socorros corresponde a atos de tortura e crueldade que não podemos admitir," diz o documento aprovado, onde as metalúrgicas pedem aos médicos para que pressionem as chefias dos hospitais no sentido de anular esse tipo de ordem e aos parlamentares para que denunciem o problema de suas tribunas.

Ainda na área da saúde, as metalúrgicas discutiram o programa governamental de controle da gravidez de alto risco, ressaltando que não são contra os anticoncepcionais, mas "à forma como o governo vem impondo a sua utilização, através da distribuição em massa, sem acompanhamento médico".

Educada para dizer sim

Mas não só de grandes problemas é o dia-a-dia da metalúrgica. Muitas mulheres falaram das proibições mesquinhas existentes nas fábricas, como por exemplo a de terem de tomar lanche em frente às máquinas ou não poderem abandonar o trabalho senão por cinco minutos para ir o banheiro.

Como se não bastassem todos esses problemas, as mulheres contaram ainda de como são obrigadas a fazer uma dupla jornada de trabalho, realizando também as tarefas domésticas. "A mulher foi educada para aceitar tudo, é sempre rebaixada e reclama pouco das coisas", desabafa Marluce Marinho, metalúrgica do Jaguaré. "Por isso que acontece isso tudo".

Ou, corrigindo a Marluce, por isso que **ainda** acontece isso tudo. Porque parece um pouco mais próximo o dia em que as mulheres despertarão para brigar contra essas condições de vida. Para as metalúrgicas paulistas, o congresso já foi um passo nesse sentido. Apesar de reconhecerem que grande parte de seus problemas é sentido também pelos homens de sua categoria, estão dispostas a fazer do departamento feminino, não um curso de corte e costura, como quer Joaquim Andrade, mas uma tribuna para lutar por suas reivindicações.

Campanha unificada começa com os metalúrgicos

Com o início da campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, que reúne 360 mil trabalhadores, foi dado o primeiro passo para a unificação das campanhas de 32 categorias profissionais que têm sua data-base de reajuste salarial em outubro, novembro e dezembro.

Iniciada a partir de reuniões de dirigentes sindicais, a decisão de unificar as campanhas congrega categorias importantes como os têxteis (240 mil no Estado), os comerciários (160 mil na capital, 400 mil no Estado), os químicos, e gráficos, com data-base marcada para novembro. E ainda, os jornalistas, padeiros, eletricitários, e

radialistas, entre outros, que tem sua data-base em dezembro. O objetivo é fortalecer as entidades com menor poder de barganha, e possibilitar um maior poder de pressão dos trabalhadores frente aos patrões.

De início, a reivindicação comum foi definida em torno de um piso salarial de Cr\$ 7.200,00 e aumento de 50% mais Cr\$ 3 mil fixos. No entanto, em São Paulo, uma proposta vencedora da oposição metalúrgica na assembléia da categoria fez subir a reivindicação desses trabalhadores para um aumento salarial de 83% sobre os salários atuais, levando em conta os reajustes de maio e um mínimo fixo de Cr\$ 7.200,00.

Isso, porém, não ameaça a unidade celebrada com os sindicatos de outras categorias, pois a decisão de unificar as campanhas está mais baseada na possibilidade de se conseguir uma força comum dos trabalhadores do que na existência de uma só reivindicação para todos os sindicatos.

Na verdade, o que querem os trabalhadores é tentar enfrentar em bloco os patrões, que tem a Fiesp para defendê-los, e que já começou a delinear sua tática de ação nessa campanha. Em documento lançado na semana passada, adverte os sindicatos patronais que dirige para que não façam acordos em separado, e

para que respeitem a soberania da comissão de salários da Federação.

Dia 25, os sindicatos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos vão levar sua pauta de reivindicações aos patrões. E já começam a mobilizar suas categorias para, inclusive, a possibilidade de uma greve. Para o dia 30, está marcada nova assembléia dos metalúrgicos de São Paulo. Ao lado disso, a oposição sindical também se prepara: para o dia 22, às 15 hs., convocou uma reunião no Convento do Carmo (Rua Martiniano de Carvalho, 114) com todos os interessados em dar apoio material e ajudar a divulgar a luta da categoria.

BAIRROS

Jardim Miriam

Primeira vitória na luta por creche

As mães do Jardim Miriam conseguiram, no último dia 2, a primeira vitória na luta pela instalação de uma creche no bairro. Na Sociedade Amigos do Bairro, cerca de 80 participantes do movimento ouviram de um representante da Prefeitura e de dois funcionários do Cobes (Coordenadoria do Bem-Estar Social) a notícia de que a praça do Jardim Miriam tinha sido aprovada como local para a criação de um centro comunitário, onde funcionará uma creche para 150 crianças.

As mães só não gostaram de saber que será uma creche chamada de indireta pela Prefeitura, isto

é, com parte de seus gastos financiados pela administração pública e o restante coberto por entidades particulares. Elas acreditam que não será fácil encontrar entidades dispostas a colaborar para custear essa despesa.

Apesar disso, aceitaram a proposta e elegeram, na reunião, uma comissão que vai acompanhar o processo de instalação da creche, manter contato com a Prefeitura e outros movimentos por creches que existem em São Paulo e continuar discutindo formas de conseguir que a creche seja inteiramente gratuita, como pretendiam.

Parque Dorotéia

Imagine se não tivessem pressionado

Depois de um ano de luta pela instalação de um centro de saúde na região, os moradores do Parque Dorotéia, que congrega oito bairros entre Santo Amaro e Diadema, receberam no dia 19 de agosto a visita do secretário da Saúde Adib Jatene. Que, depois de discursar e apresentar os planos da secretaria para atender a população de São Paulo, concordou em reunir uma comissão de moradores com técnicos de sua pasta para definir um local no bairro para instalação do Centro.

Os moradores, rapidamente, escolheram a comissão, que foi à Secretaria no último dia 22. E ouviu dos técnicos que seria preciso, primeiro, encontrar um terreno disponível para a instalação do Centro de Saúde, tarefa que, segundo os técnicos, não cabe à secretaria, mas à comissão de moradores. Isso feito (o que já aconteceu, através da Sociedade Amigos do Bairro de Santa Terezinha, que doou o terreno), era necessário, em seguida, levar uma planta do local, e esperar a liberação de verba da secretaria. De acordo com os técnicos, depois de definidos os recursos, a secretaria tem cinco meses de prazo para começar as obras. Se cair no orçamento de 1980, a verba só poderá ser utilizada a partir de março. E completaram: "Tudo dependerá da mobilização dos moradores. Se vocês não conseguirem cobrar aquilo a que têm direito, nada vai ser possível, pois temos uma série de áreas prioritárias".

Quer dizer: os moradores, além de encontrar quem doe um terreno, de mapear o local e esperar a

liberação das verbas, ainda devem, segundo a Secretaria da Saúde, pressionar para que sejam atendidos, porque não há planejamento nem recursos suficientes para atender todos os bairros.

Lição Inútil

De qualquer forma, a lição de que é necessário fazer pressão para conseguir alguma coisa não é novidade para os moradores do Parque Dorotéia. Eles estão há mais de um ano tentando sensibilizar a secretaria da Saúde para que atenda as suas reivindicações e não vão desistir por causa disso. Mesmo porque a necessidade da região é grande e urgente: são 70 mil habitantes, 18 mil dos quais favelados, que não contam sequer com um posto de saúde. São obrigados a procurar socorro na Vila Missionária, em Santo Amaro, distante 20 quilômetros do local onde moram, ou em Diadema, onde precisam fornecer endereço errado para receber atendimento.

As condições de saneamento, rede de águas e coleta de lixo nos oito bairros da região são também muito precárias. Segundo uma professora responsável pelo Centro Escolar da Saúde da região, "num exame de fezes feito em 139 alunos de uma escola de 1º grau, apenas 11 não tinham vermes. Todos os outros tinham de 3 a 4 espécies diferentes de vermes, 25 apresentavam problemas de saúde mental e 11 deveriam ser encaminhados imediatamente ao oculistas. Além disso, a própria água da escola está contaminada".

Favelas

Melhoramento atinge poucos

Apesar das promessas de que sua administração seria voltada para resolver os problemas da periferia, desde que entrou na Prefeitura Reynaldo de Barros se recusa a ouvir os moradores dessa área da cidade. Assim foi que, com muita dificuldade, uma comissão de representantes do Movimento dos Favelados, que reúne 900 favelas de São Paulo, conseguiu ser recebida no dia 1º de agosto pelo prefeito. Como já tinha acontecido em outras ocasiões, os favelados foram cobrar de Reynaldo de Barros as promessas de ligação de luz e água nas favelas e reclamar a execução do plano da Prefeitura de urbanizar as favelas. Sairam com uma nova promessa: a de que, antes de ser formalizado, o plano passaria pela apreciação dos moradores.

Entretanto, no dia 5 de setembro, os favelados tiveram uma surpresa. Ao chegarem ao Ibirapuera para mais uma audiência com o prefeito, foram informados de que o plano tinha sido apresentado

hora e meia antes à imprensa e autoridades reunidas na Prefeitura.

Evidentemente, com isso, Reynaldo de Barros conseguiu se esquivar das críticas que, com certeza, ouviria dos favelados, pois o mirabolante plano, tantas vezes anunciado, não passa ainda de uma experiência-piloto a ser implantada em apenas 36 das 900 favelas da cidade. Além disso, os conselhos comunitários, reivindicados pelos favelados para deliberar junto com as administrações regionais da Prefeitura sobre a execução do plano, terão apenas a função de opinar, sem poderes de decisão.

Os favelados, apesar disso, não pensam em desistir de sua luta. Querem, agora, estender os benefícios do plano de urbanização aos outros núcleos que não foram atingidos por ele. E também conseguiram da Prefeitura que financie a compra dos terrenos onde ergueram seus barracos para que possam construir neles casas de alvenaria.

Favelados envolvem sindicatos na sua luta

De agora em diante, todos os sindicatos de trabalhadores do ABC terão de participar da luta dos favelados que vivem apavorados com a ameaça de destruição dos seus barracos em Santo André, São Bernardo, Diadema e Mauá. Os próprios favelados, reunidos no I Encontro de Favelas do ABC, é que decidiram envolver as entidades sindicais nessa luta porque chegaram à conclusão de que só existe um culpado pela proliferação das favelas: os baixos salários pagos aos trabalhadores da região.

Como disse um dos participantes do I Encontro, realizado dia 19 de agosto na Igreja de Vila Palmares, em Santo André, "ninguém vai morar em favela porque gosta de aperto e falta de higiene, mas porque não pode pagar aluguel, devido aos baixos salários".

O Encontro que teve um dia de duração serviu também para definir os caminhos do Movimento de

Defesa do Favelado iniciado há menos de um ano por iniciativa do padre Rubens Chasseraux que trabalha há 14 anos na favela de Vila Palmares. Dentre as definições, ficou acertado que os favelados daqui para frente se organizarão em comissões, cujos objetivos principais serão a preservação dos barracos, lutando contra aqueles que queiram derrubá-los, e a coordenação dos movimentos de reivindicação por luz, água e outros melhoramentos públicos que as favelas necessitem.

Com relação a preservação, no próprio Encontro, os favelados debateram várias medidas a serem tomadas em caso de ameaça de destruição de barracos e essa simples discussão já deu bons resultados: o prefeito Lincoln Grillo, de Santo André, sabendo que os moradores das favelas começaram a se organizar não mandou mais seus capangas irem derrubar barracos.

EXPEDIENTE

O JORNAL DA VILA é uma publicação da Editora Caraguatá Ltda., Redação e Administração: Av. do Cursino, 3822 s/4 (V. Moraes). Diretor Responsável: Lais Furtado Tapajós — MTPS 10.545 SJESP: 4945. Composição e Empresa Jornalística AFA Ltda Av. Liberdade, 704 — São Paulo.

Apoio a campanha

salarial dos metalúrgicos

Quem estiver interessado apoiar a campanha salarial dos metalúrgicos está sendo convidado pela Oposição Sindical a comparecer sábado, dia 22 de setembro, às 15 h, na rua Martiniano de Carvalho, 114 (Convento do Carmo) para uma reunião onde serão discutidas as formas de apoio necessárias ao movimento.

ANÚNCIOS

INDÚSTRIA DE MODAS JEANS

JOSAFÁ CREAÇÕES

vendas

no atacado, varejo e sob medida

Fábrica: Rua Dr. Odilon Nº 191 — Vila Brasilina

Escola de datilografia BOM MESTRE

CURSOS de 1 a 12 meses
Rua Evolução, 841 1º andar S/5 V. Moraes

REAL CONTABILIDADE

Contabilidade, assuntos fiscais, aberturas, transferências, encerramentos, contratos, distratos, imposto de renda.
Rua Evolução, 841, salas 6 a 8 — V. Moraes
Fone: 63-4675



BOX AUTORAMA

Loja com pista de competição — equipamentos nacionais e importados. Rua Silva Bueno, 1105 Ipiranga

Você precisa de advogado?

O Centro Social do Jardim Climax está fornecendo serviços de advogados, para todo tipo de caso, aos sábados, das 14 às 17hs. Sem fins lucrativos. Av. Pe. Arlindo Veira, 2063 - Sala 1.

Comércio de Máquinas SOBERANO Ltda

Balcões frigoríficos para: bares, açougues, supermercados, avícolas, etc.
Balanças - Cortador de Frios - Estufas - Vitrines - Cafeteiras - Churrasqueiras - Espremedor de Frutas - Fogões industriais - Assadeiras de Frangos e Caxias Registradoras.

Rua Verqueiro, 6662 - Ipiranga - Fone: 63-4675

NOS BAIRROS, SÓ VIOLÊNCIA E PORNO-CHANCHADA

A Ilha dos Prazeres Proibidos; O Pistoleiro e o Bárbaros; A Violência do Sexo; A Lança Assassina de Kung-Fu; 007 contra o Foguete da Morte... esses são apenas os títulos mais chamativos dos filmes que estavam passando, no fim de semana de 15 e 16 de setembro, nos cinemas de Santo Amaro, Bosque da Saúde, Jabaquara — os chamados cinemas "de bairro", em oposição aos do centro ou da região Augusta/Jardins. Esses últimos seriam os cinemas que buscam um público mais sofisticado, inclusive sendo alguns considerados como "cinemas de arte". Ao público universitário, aos filhos da burguesia, aos motoqueiros do Jardim América oferecem-se muitas vezes filmes excelentes que jamais passam nos bairros.

Na periferia, a fórmula dos filmes se repete: uma mistura de sexo e violência, tiroteios com caráter, espionagem internacional e muita pornochanchada — o erotismo mostrado da maneira mais preconceituosa e repressiva que é possível.

A POLÍTICA DOS DISTRIBUIDORES

Mas a razão pela qual a grande maioria dos cinemas da cidade passa filmes tão ruins durante quase o ano todo, não é simplesmente um preconceito elitista, e sim a política da indústria cinematográfica internacional e nacional.

Em primeiro lugar, filmes como Kung-Fu, pornochanchadas e bang-bangs são produções baratas feitas em série, às dúzias, sem muito trabalho (e frequentemente pagando muito mal a toda equipe de filmagem) com a única finalidade de gerar lucros para as empresas de cinema. Assim, para cada filme mais bem cuidado ou berrintonado, produzem-se vinte ou trinta picaretagens comerciais.

Em segundo lugar, as grandes multinacionais que comercializam filme americanos e europeus, só vendem os seus produtos em "pa-



cotes". Para cada filme bom que o exibidor quiser comprar, é obrigado a levar dez ou doze porcarias. É um jeito das grandes empresas cinematográficas dos países ricos empurrarem os bagulhos que estão sobrando em suas prateleiras para o público dos países mais pobres, que "engole qualquer coisa", não porque goste, mas por pura falta de opções.

Em terceiro lugar, também aqui no Brasil e principalmente em São Paulo, onde tudo é mais desenvolvido (inclusive as grandes sacanagens do capital), as salas de cinema são propriedades de três ou

quatro grandes empresas, formando circuitos de exibição em mãos de um só dono. Assim, o dono do cine Gazeta por exemplo (av. Paulista) é dono também do Copan, Barão, Paissandu, Marrocos, Gazeta/Centro e muitos outros do mesmo circuito. São três ou quatro empresas que decidem o que vai passar nos cinemas da cidade, e tomam essa decisão baseadas em critérios de lucro garantido, é claro. Não vão distribuir um filme inovador se podem distribuir as coisas de sempre, as fórmulas que "dão certo" em termos de público. Assim se fecha um círculo vicioso, porque o público, não tendo

opções, vai se acostumando a assistir a qualquer coisa.

VALE A PENA VER

Mas pelo menos para ver **Themroc** (Cine Vitrine, na rua Augusta) ou **Acontecimentos de Marusia** (Cine Rio, na av. Paulista), vale a pena o esforço de uma viagem mais longa e de um ingresso mais caro. **Acontecimentos de Marusia** é trágico, mas a história é verdadeira. O cineasta chileno Miguel Litin teve que fazer esse filme no México pois era impossível realizá-lo no Chile sob a ditadura de Pinochet. E conseguiu reproduzir os acontecimentos na mina de Marusia, a greve, a rebelião dos trabalhadores que conseguiram por um breve tempo expulsar os ingleses da mina e tomar conta da cidade até que a repressão voltou redobrada e os trabalhadores fracassaram porque não souberam se unir no momento crítico.

Themroc, apesar de também tratar do mesmo tema (a opressão da classe trabalhadora), é fantástico e bem humorado. O autor do filme foi operário na França por oito ou dez anos e quando partiu para fazer cinema e teatro, trazia sua experiência de trabalhador que certamente o ajudou a criar **Themroc**. Quando o personagem central do filme se rebela contra o massacre que sofre cotidianamente desde que acorda, no metrô, na fábrica, na estrutura opressiva da cidade, descobre nele uma força até então reprimida. A força que possui pelo simples fato de ser homem. Ele destroi as antigas relações em que vivia, desafia autoridades, quebra tabus, derruba paredes e passa a viver, feliz, como uma espécie de selvagem dentro de Paris. O filme não é uma defesa da "revolução individualista". da mudança da sociedade feita por um homem só, mas parece sugerir que nenhuma libertação radical é possível se não forem rompidos, dentro das pessoas, os laços que as submetem à ordem social e que as fazem ter medo de qualquer reviravolta radical que possa destruir esse tipo de ordem.

TEATRO

Está no final a 1ª. Mostra de Arte e Cultura Popular, patrocinada pela Federação Paulista de Teatro Amador. Mas ainda dá para ver, por preços baratos, as duas últimas peças programadas para o Teatro Artur Azevedo (av. Paes de Barros, 955 - Moóca):
sábado — dia 22 - **O Crime dos Porcos**, de Jaime Carozzi pelo Grupo América Livre — às 21 h
domingo - dia 23 - **Ubu, o Rei**, de Alfred Jarry, pelo Gruteca - às 21 h.

A BALADA DO FLAUTISTA

Encenada pelo grupo TTT (Truques, Traquejos e Teatro)
do espanhol Jordi Teixidor
dia 29 de setembro — 19h
Informações sobre o endereço no Jornal da Vila
Vila Ubirajara — Parelheiros
dia 30 de setembro — 19h
Serco — Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural do Jardim Oriental
Av. Pe. Vicente Melilo, 1493 — Osasco
dias 7, 13 e 14 de outubro — 20h
Casa de Cultura de Guarulhos
R. Particular, travessa da av. Otávio Braga de Mesquita
Vila Fátima — Guarulhos

ERA UMA VEZ UM REI

Uma peça popular encenada pelo grupo TRETA NO TEATRO
Adaptação do original do grupo chileno Alep
Se você estiver interessado em apresentar no seu bairro, é só telefonar para o Mário — 288-7684